

ESTA CASA TAMBÉM NÃO DARÁ NENHUM CHEQUE EM BRANCO AO GOVERNO
(Do relator da comissão especial de telecomunicações, Geddel Vieira Lima - PMDB/BA)

PSDB impede instalação de comissão

TUCANOS FALTARAM À REUNIÃO DA COMISSÃO QUE VAI ANALISAR A QUEBRA DO MONOPÓLIO DAS TELECOMUNICAÇÕES. PROPOSTA INTERESSA A MOTTA.

Por culpa do PSDB, a comissão especial que vai apreciar a proposta de emenda constitucional de quebra do monopólio estatal das telecomunicações não pôde ser instalada ontem. Dos quatro titulares e quatro suplentes, só apareceu o deputado Arthur Virgílio Neto (AM). Não houve quórum para a instalação, que ficou adiada para terça-feira, às 18 horas. O resultado dos trabalhos dessa comissão interessa diretamente ao ministro das Comunicações, Sérgio Motta, pivô da crise do PSDB que resultou no pedido de afastamento do presidente do partido, Pimenta da Veiga.

Também por falta de presenças, mas desta vez não por culpa do PSDB, mas de todos os partidos, deixou de ser instalada a comissão especial que vai apreciar a emenda constitucional que acaba com a distinção entre empresa brasileira e empresa estrangeira. Esta comissão deverá ser instalada também na terça-feira, às 18 horas.

Apesar de não terem sido instaladas as duas comissões, a gazeta dos parlamentares não prejudicará os prazos de tramitação da emenda. O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), determinou que o prazo começasse a ser contado a partir da indicação dos integrantes da comissão, o que ocorreu ontem. Portanto, a segunda-feira contará prazo, embora não haja a instalação para aproveitar o tempo e trabalhar.

O já escolhido relator da comissão especial das telecomunicações, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), pro-

mete dar dor de cabeça ao governo. Ele disse ontem que vai exigir do governo detalhes de como se dará a anunciada flexibilização do monopólio. Geddel afirmou que não pretende dar nenhum cheque em branco para o governo.

“Tenho certeza de que esta Casa também não dará nenhum cheque em branco, porque vamos fazer uma reforma constitucional responsável”, disse Geddel. A proposta do relator é exatamente igual à do PT, que exige conhecer também a legislação complementar à emenda.

Das três comissões que deveriam ter sido instaladas ontem, só a que vai apreciar a emenda constitucional que acaba com o monopólio dos Estados na canalização de gás já tem condição de trabalhar, porque nesta houve quórum. O relator da emenda é o deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP). Ele terá, a partir de segunda-feira, duas semanas para receber todas as emendas que forem apresentadas ao projeto original enviado à Câmara pelo presidente da República. A partir daí, contam-se 30 sessões (o que corresponde a seis semanas) para que o relator analise as emendas, ouça representantes de todos os setores da sociedade e dê o parecer, que deverá ser votado e aprovado. Se o trabalho do relator for encerrado antes de vencidas as 30 sessões, é possível ganhar-se um bom prazo. Aprovado o relatório, este segue para o plenário da Câmara, para entrar na ordem do dia depois de duas sessões.

João Domingos/AE

Quem vai analisar as reformas

Comissões Especiais da Câmara que vão julgar o mérito das primeiras propostas de emenda

Comissão	Presidente	Relator
Telecomunicações	Humberto Souto (PFL-MG)	Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)
Gás	José Carlos Aleluia (PFL-BA)	Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP)
Empresa nacional	Antonio Brasil (PMDB-PA)	Ney Lopes (PFL-RN)
Flexibilização do monopólio do petróleo	Alberto Goldman (PMDB-SP)	Lima Neto (PFL-RJ)

Como está a tramitação das emendas

Fim do monopólio do gás canalizado: Comissão de Constituição e Justiça da Câmara deu parecer de admissibilidade. Comissão especial para discutir o mérito foi instalada ontem.

Fim do monopólio do petróleo e das telecomunicações e redefinição do conceito de empresa nacional: CCJ deu parecer de admissibilidade. Comissões especiais serão instaladas terça-feira, cumprindo prazo de 48 horas, previsto no regimento.



Fim do monopólio da navegação interior e de cabotagem: Ainda depende de aprovação pela CCJ, pois teria “erro de técnica legislativa”. O texto pode ser corrigido pelo relator ou voltar para o governo.